ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
LEI COMPLEMENTAR Nº 406 DE 15 DE SETEMBRO DE 2022.

LEI COMPLEMENTAR Nº 406 DE 15 DE SETEMBRO DE 2022.

Institui o Código de Obras e Posturas do Município de Boa Saúde, Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

JOSÉ WELLINGTON ALVES ROCHA, o Prefeito Municipal de Boa Saúde, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, Faz Saber que a Câmara Municipal Aprovou e ele Sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E PRELIMINARES

Art. 1º Toda e qualquer construção, reforma, demolição, ou ampliação, de iniciativa pública ou privada, somente poderá ser executada após exame, aprovação do projeto, e concessão da respectiva licença de construção pela Prefeitura Municipal, em conformidade com exigências contidas neste Código e mediante a responsabilidade de profissional legalmente habilitado, conforme Lei Federal nº 10.257/2001 e artigos 182 e 183 da Constituição Federal.

Art. 2º Ficam dispensados de apresentação de projeto, ficando contudo sujeitas à concessão de licenças as construções e edificações destinadas à habitação, assim como as pequenas reformas, desde que apresentem as seguintes características.

I- área de construção igual ou inferior a 80,00m² (oitenta metros quadrados);

II- Reconstrução ou acréscimo que não ultrapasse a área de 25,00m² (Vinte e cinco metros quadrados);

III- não possuam estrutura especial, ou que necessite de cálculo estrutural;

IV- Que não transgrida este Código.

§1º Para a concessão de licença, nos casos previstos neste artigo, serão exigidos croquis e cortes esquemáticos, contendo dimensões e área traçadas em formulários fornecidos pela Prefeitura Municipal.

§2º Dependendo da classificação de risco no direito urbanístico, conforme resolução da CGSIM, e da Lei Federal 13.874/2019, art. 3º, I, poderá ocorrer dispensa de licenciamento.

§3º É dispensado o habite-se expedido pela prefeitura municipal para a averbação de construção residencial urbana unifamiliar de um só pavimento finalizada há mais de 5 (cinco) anos em área ocupada predominantemente por população de baixa renda, inclusive para o fim de registro ou averbação decorrente de financiamento à moradia.

Art. 3º Conceitualmente a presente Lei considera-se:

I – **Garagem de veículos**, espaço coberto destinado à proteção de veículos;

II – **Acessibilidade**, o conjunto de alternativas que privilegiem o acesso a edificações, espaços públicos e mobiliário urbano, de modo a atender às necessidades de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e oferecer condição de utilização com segurança e autonomia;

III – **Alinhamento**, a linha divisória entre o terreno de propriedade particular e o logradouro público;

IV – **Alvará**, o documento expedido pelo Município destinado ao licenciamento da execução de obras e serviços;

V – **Ampliação**, a produção de obra que resulte no aumento da área construída total de uma edificação já existente;

VI – **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)**, o documento que comprova o registro da obra perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA;

VII – **Área Útil**, área interna total dos compartimentos com exceção das ocupadas pelas paredes;

VIII – **Auto de infração**, o ato administrativo que dá ciência ao infrator da disposição legal infringida e da penalidade aplicada;

IX – **Calçada**, o espaço existente entre o limite do lote e o meio fio;

X – **Canteiro de Obras**, a área destinada às instalações temporárias e aos serviços necessários à execução e ao desenvolvimento da obra;

XI – **Certidão de Características**, o documento expedido pelo Município na conclusão da construção de uma obra licenciada, com as características do terreno e da edificação, para fins de averbação no ofício de registro de imóveis;

XII – **Consulta Prévia**, a análise técnica preliminar do projeto arquitetônico, executada, mediante solicitação do interessado, pelo órgão municipal de licenciamento e controle, expedida em fase anterior à aprovação do projeto;

XIII – **Demolição**, a derrubada total ou parcial da construção;

XIV – **Edifício Público**, aquele que abriga órgãos da administração direta ou indireta, pertencentes ao poder público Federal, Estadual ou Municipal;

XV – **Edifício Privado**, aquele pertencente à iniciativa privada destinado ao uso comercial, industrial ou de prestação de serviços;

XVI – **Edifício ou Imóvel de Uso Residencial Unifamiliar**, aquele destinado ao uso exclusivamente residencial, abrigando uma única unidade habitacional;

XVII – **Habite-se**, o documento expedido pelo Município atestando que o imóvel encontra-se em condições de habitabilidade.

XVIII – **Intimação**, a comunicação administrativa, expedida, para dar ciência ao destinatário da existência de um ato ou omissão irregular, verificado em obra ou edificação, contendo um comando a ser observado, sob pena de responder na forma da legislação vigente;

XIX – **Meio Fio**, o bloco de concreto, pedra ou material similar que separa o passeio da faixa de rolamento do logradouro;

XX – **Multa**, a pena pecuniária aplicada ao infrator;

XXI – **Normas Técnicas Brasileiras** – NBR, as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

XXII – **Nivelamento**, a determinação de cotas de altitude de linha traçada no terreno;

XXIII – **Obra de Pequeno Porte**, qualquer obra de construção, reforma ou ampliação não impactantes, conforme legislação em vigor, que não ultrapasse oitenta metros quadrados (80.00 m²).

XXIV – **Passeio**, o espaço da calçada reservado ao pedestre e livre de obstáculos;

XXV – **Pé-Direito**, a medida vertical, em metros, entre o piso e o teto de um edifício construído ou do piso ao forro do compartimento;

XXVI – Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, as pessoas cuja locomoção encontra-se dificultada, temporária ou permanentemente, tais como idosos, gestantes, obesos, crianças e portadores de deficiência;

XVII– Recuo, a distância entre as divisas do terreno e o paramento vertical externo mais avançado da edificação;

XVIII – Reforma, a obra executada numa edificação, sem que haja acréscimo na sua área total construída;

XIX – Reparos Gerais, as obras destinadas exclusivamente a conservar e estabilizar a edificação e que não impliquem na alteração das dimensões dos compartimentos.

Art. 4º Os edifícios públicos deverão possuir acessibilidade e condições técnicas construtivas que assegurem a todos os públicos o pleno acesso e circulação nas suas dependências.

Art. 5º O responsável por instalação de atividades potencialmente poluidoras, ficará sujeito a apresentar ao órgão estadual IDEMA, afim de obter licença ambiental equivalente, sendo licença prévia, instalação ou operação, para exame e aprovação junto a Prefeitura Municipal.

Art. 6º Os projetos deverão estar de acordo com esta Lei e com a Legislação vigente que trate sobre o tema, como o Saneamento e Parcelamento do solo, caso seja necessário.

CAPÍTULO II - DA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS.

Art. 7º Os projetos deverão ser apresentados ao órgão competente às análises constantes nesta Lei que será a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal contendo os seguintes elementos:

I - Planta de situação e localização na escala mínima de 1:500 (um para quinhentos), onde constarão: projeção da edificação ou das edificações dentro do lote, figurando rios, canais e outros elementos que possam orientar a decisão das autoridades municipais; as dimensões das divisas do lote e as dos afastamentos da edificação em relação às divisas e à outra edificação porventura existente; as cotas de largura do(s) logradouro(s) e dos passeios contíguos ao lote; orientação do norte magnético; indicação da numeração do lote a ser construído e dos lotes vizinhos; relação contendo área do lote, área de projeção de cada unidade e taxa de ocupação;

II – Planta baixa de cada pavimento da construção na escala mínima de 1:100 (um para cem), determinando: as dimensões e áreas exatas de todos os compartimentos, inclusive dos vãos de iluminação, ventilação, garagens e áreas de estacionamento; a finalidade de cada compartimento; os traços indicativos de cortes longitudinais e transversais; indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais de obra;

III – Cortes, transversal e longitudinal, indicando a altura dos compartimentos, níveis dos pavimentos, altura das janelas e peitoris, e demais elementos necessários à compreensão do projeto, na escala mínima de 1:100 (um para cem);

IV – Planta de cobertura com indicação dos caimentos nas escalas mínima de 1:200 (um para duzentos);

V – Elevação da fachada ou fachadas voltadas para a via pública na escala mínima de 1:100 (um para cem).

§ 1º Haverá sempre escala gráfica, o que não dispensa a indicação de cotas.

§ 2º Em qualquer caso, as pranchas exigidas no “caput” do presente artigo deverão ser moduladas, sendo o módulo mínimo as dimensões de 0,22 x 0,33m (vinte e dois por trinta e três centímetros).

§ 3º No caso de reforma ou ampliação deverá ser indicado no projeto o que será demolido, construído ou conservado de acordo com as seguintes convenções de cores:

- I- cor natural da cópia heliográfica para as partes existentes a conservar;
- II- cor amarela para as partes a serem demolidas;
- III- cor vermelha para as partes novas acrescidas.

§ 4º Nos casos de projetos para construção de edificações de grandes proporções, as escalas mencionadas no “caput” deste artigo poderão ser alteradas, devendo, contudo, ser consultado, previamente, o órgão competente da Prefeitura Municipal à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

CAPÍTULO III - DA APROVAÇÃO DO PROJETO

Art. 8º Para aprovação dos projetos ou concessão de licença o proprietário deverá apresentar à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos os seguintes documentos:

I- requerimento solicitando a aprovação do projeto assinado pelo proprietário, procurador ou seu representante legal;

II- projeto de arquitetura (conforme especificações do capítulo II deste código), apresentado em 3(três) jogos completos de cópia heliográfica assinados pelo proprietário, pelo autor do projeto e pelo responsável técnico pela obra, após o visto um dos jogos será devolvido ao requerente junto com a respectiva licença, enquanto os demais serão arquivados na Prefeitura;

III – Título de propriedade ou escritura pública, quando for o caso, a autorização do proprietário para que terceiros possam nele construir;

IV – Documento de identificação do requerente;

V – ART(s) do projeto e execução registrados pelo conselho profissional da categoria.

§1º No requerimento para licenciamento deve constar, com clareza, o nome do proprietário, o endereço, a sua assinatura ou a do seu representante legal e estar acompanhado toda a documentação.

§2º A autoria dos projetos pode ser assumida por um ou mais profissionais habilitados, sendo todos eles, técnica, administrativa e civilmente responsáveis solidários pelo projeto.

§3º É condição necessária para a expedição de qualquer licença, alvará ou qualquer tipo de outorga deste Município o requerimento ser precedido de Certidão Negativa de Débitos do Imóvel junto com a Secretaria de Finanças, Tributação e Patrimônio ou equivalente da Prefeitura Municipal de Boa Saúde.

Art. 9º As modificações introduzidas em projeto já aprovado deverão ser notificadas à Prefeitura Municipal, que após exame poderá exigir detalhamento das referidas modificações.

Art. 10. Com a aprovação do projeto e comprovado o pagamento das taxas devidas, a Prefeitura concederá alvará de construção válido por 2(dois) anos, em até 10 dias úteis a aprovação do projeto, cabendo ao interessado requerer revalidação.

Parágrafo único. As obras que exigirem períodos superiores a 2 (dois) anos para a construção, será analisado de forma cronológico, devendo o profissional apresentar plano de execução de obra para a avaliação da Prefeitura Municipal.

Art. 11. O prazo para análise do projeto será de no máximo de 60(sessenta) dias, a contar do recebimento do requerimento do proprietário ou preposto autorizado, conforme norma legal.

CAPÍTULO IV - DA EXECUÇÃO DA OBRA

Art. 12. A obra apenas poderá iniciar quando expedido o alvará de licença para a construção.

Art. 13. É obrigatório na obra o alvará de construção juntamente com cópias do projeto apresentando à Prefeitura, no caso do alvará deverá

ser colado em um ponto exposto na obra ou canteiro de obra, para identificação.

Art. 14. Caso o prazo do alvará se expire e não houver conclusão da obra, é obrigatório a solicitação de uma nova licença, que poderá ser concedida em prazos de 1 (um) ano, posterior a vistoria da obra pelo órgão municipal competente.

Art.15. É proibido, sob pena de multa ao responsável pela obra, a permanência de qualquer material de construção na via pública por tempo maior que o necessário para sua descarga e remoção.

Art. 16. Nenhuma construção ou demolição poderá ser executada no alinhamento predial, devendo ser protegida por tapumes, cerca ou tapagem, para fechar ou limitar, assim garantir a segurança de quem transita pelo logradouro.

Art. 17. Tapumes, fechamentos e andaimes não poderão ocupar mais do que a metade da largura do passeio, deixando a outra inteiramente livre e desimpedida para os transeuntes.

CAPÍTULO V - DA CONCLUSÃO E ENTREGA DAS OBRAS

Art. 18. Uma obra é considerada concluída quando estiver apta à utilização a que se destina, estando em funcionamento as instalações hidros sanitárias e elétricas.

Art. 19. Concluída a obra, o proprietário deverá solicitar à Prefeitura Municipal a vistoria da edificação.

Art. 20. Procedida a vistoria e constatado que a obra foi realizada em consonância com o projeto aprovado obriga-se a Prefeitura a expedir a Certidão de Característica e o “habite-se” no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de entrada do requerimento, devendo para tanto:

I - estar, a construção, completamente concluída;

II - haver a comprovação de que a obra executada tenha observado o projeto aprovado;

III - estar concluída, a calçada em todas as testadas, quando for o caso, e identificada, em local visível, a numeração do imóvel.

Parágrafo único. De forma discricionária pode o poder público condicionar a concessão do Habite-se ao plantio, de um espécime vegetal nativo, conforme orientação do órgão municipal competente, aqueles imóveis cuja calçada tiverem largura maior que dois metros e cinquenta centímetros (2.50m).

Art. 21. Poderá ser concedido “habite-se” parcial a juízo da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Parágrafo único. “habite-se” parcial poderá ser concedido nos seguintes casos:

I- Quando se tratar de prédio composto de parte comercial e parte residencial e puder cada uma das partes ser utilizadas independentemente da outra;

II- Quando se tratar de prédio de apartamento, em que uma parte esteja completamente concluída e caso a unidade em questão esteja acima da quarta laje é necessário que pelo menos um elevador esteja funcionando e possa apresentar o respectivo certificado de funcionamento;

III- quando se tratar de mais de uma construção feita independentemente, mas no mesmo lote;

IV- Quando se tratar de edificação em vila estando seu acesso devidamente concluído.

Art. 22. Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida a vistoria pela Prefeitura e expedido o respectivo “habite-se”.

Art. 23. Na hipótese da obra haver sido executada em desacordo com o projeto aprovado, pode o interessado solicitar sua legalização, desde que esta possa ser compatibilizada com os dispositivos desta Lei e com as demais normas da legislação em vigor.

Art. 24. As empresas concessionárias de serviços públicos, responsáveis pelo fornecimento de água e energia elétrica, só podem efetuar a ligação definitiva das novas edificações mediante a apresentação da Certidão de Características ou do Habite-se.

Parágrafo único. Caso as empresas responsáveis pelo fornecimento de água e energia elétrica descumpram tal obrigação será imposta a multa correspondente ao valor de 50% (cinquenta por cento) do valor mínimo de referência vigente no Código Tributário Municipal - CTM, Lei Complementar nº 269/2014, art. 76, inciso VIII, por cada unidade ligada de forma irregular.

CAPÍTULO VI - DAS CONDIÇÕES GERAIS RELATIVAS E EDIFICAÇÃO

SEÇÃO I - DAS FUNDAÇÕES

Art. 25. As fundações serão executadas de modo que a carga sobre o solo não ultrapasse os limites indicados nas especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme NBR 6122 ou posterior a edição dessa Lei.

§1º As fundações não poderão invadir o leito da via pública;

§ 2º As fundações das edificações deverão ser executadas de maneira que não prejudiquem os imóveis vizinhos, sejam totalmente independentes e situadas dentro dos limites do lote.

SEÇÃO II - DAS PAREDES E DOS PISOS

Art. 26. As paredes tanto externas como internas, quando executadas em alvenaria de tijolo comum, deverão ter espessura mínima de 0,15m (quinze centímetros).

Parágrafo único. As paredes de alvenaria de tijolo comum que constituem divisões entre economias distintas, e as construídas nas divisas dos lotes, deverão ser espessuras mínimas de 0,25m (vinte e cinco centímetros).

Art. 27. As espessuras mínimas de paredes constantes no artigo anterior poderão ser alteradas quando forem utilizados materiais de natureza diversa desde que possuam, comprovadamente, no mínimo os mesmos índices de resistência, impermeabilidade e isolamento térmico e acústico, conforme o caso.

Art. 28. As paredes de banheiros, despensas e cozinhas deverão ser revestidas, no mínimo, até a altura de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), de material impermeabilizante, lavável, liso e resistente.

Art. 29. Os pisos dos compartimentos assentados diretamente sobre o solo deverão ser convenientemente impermeabilizados.

Parágrafo único. Os pisos de banheiros e cozinhas deverão ser impermeáveis e laváveis.

SEÇÃO III - DOS CORREDORES, ESCADAS E RAMPAS

Art. 30. Nas construções, em geral, as escadas ou rampas para pedestres, assim como os corredores, deverão ter a largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) livre.

Parágrafo único. Nas edificações residenciais serão permitidas escadas e corredores privados para cada unidade, com largura mínima de 0,80m (oitenta centímetros) livres.

Art. 31. O dimensionamento dos degraus obedecerá a uma altura máxima de 0,18m (dezoito centímetros) e uma profundidade mínima de 0,25m (vinte e cinco centímetros).

Parágrafo único. Não serão permitidas escadas em leque nas edificações de uso coletivo.

Art. 32. Nas escadas de uso coletivo, sempre que a altura a vencer for superior a 2,80 (dois metros e oitenta centímetros), será obrigatório

intercalar um patamar de largura mínima igual à largura adotada para a escada.

Art. 33. As rampas, para pedestres, de ligação entre dois pavimentos não poderão ter declividade superior a 15% (quinze por cento).

Art. 34. As escadas de uso coletivo deverão ter superfície revestida com material antiderrapante.

SEÇÃO IV - DAS FACHADAS

Art. 35. É livre a composição das fachadas, excetuando-se as localizadas em zonas tombadas, devendo, neste caso, ser ouvido o órgão federal, estadual ou municipal competente.

SEÇÃO V - DAS COBERTURAS

Art. 36. As coberturas das edificações serão construídas com materiais que possuam adequada impermeabilidade e isolamento térmico.

Art. 37. As águas pluviais provenientes das coberturas serão esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságue sobre lotes vizinhos ou logradouros.

Parágrafo único. Os edifícios situados no alinhamento deverão dispor de calhas e condutores, e as águas canalizadas por baixo do passeio.

SEÇÃO VI - DAS MARQUISES E BALANÇOS

Art. 38. A construção de marquise na testada de edificações construídas no alinhamento, não poderão exceder a 3/4 (três quartos) de largura do passeio.

§1º Nenhum de seus elementos estruturais ou decorativos poderá estar a menos de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) acima do passeio público.

§2º A construção de marquise não poderá prejudicar a arborização e a iluminação públicas.

Art. 39. As fachadas construídas no alinhamento ou as que dele ficarem, em virtude do recuo obrigatório, poderão ser balanceadas a partir do segundo pavimento. O balanço previsto neste artigo não poderá ultrapassar os limites previstos em outras normas porventura existentes, no que tange a afastamentos mínimos.

Parágrafo único. O balanço a que se refere o “caput” deste artigo não poderá exceder a medida correspondente 3/4 (três quartos) de largura do passeio.

SEÇÃO VII - DOS MUROS CALÇADAS E PASSEIO

Art. 40. A Prefeitura Municipal poderá exigir dos proprietários a construção de muros de arrimo e de proteção sempre que o nível do terreno for superior ao logradouro público ou quando houver desnível entre os lotes que possa ameaçar a segurança pública.

Art. 41. Os terrenos baldios nas ruas pavimentadas deverão ser fechados com muros de alvenaria ou cercas vivas.

Art. 42. Os proprietários dos imóveis que tenham frente para logradouros públicos pavimentados ou dotados de meio-fio são obrigados a pavimentar e manter em bom estado os passeios em frente de seus lotes.

Parágrafo único. Em determinadas vias a Prefeitura Municipal poderá determinar a padronização da pavimentação dos passeios, por razões de ordem técnica e estética.

SEÇÃO VIII - DA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Art. 43. Todo compartimento deverá dispor de abertura comunicando-se diretamente com o logradouro ou espaço livre dentro do lote, para fins de iluminação e ventilação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a corredores e caixas de escadas.

Art. 44. Não poderá haver aberturas em paredes levantadas sobre a divisa ou a menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da mesma.

Art. 45. Aberturas para iluminação ou ventilação dos cômodos de longa permanência confrontantes em economias diferentes, e localizadas no mesmo terreno, não poderão ter entre elas distância menor que 3,00m (três metros), menos que estejam num único edifício.

Art. 46. Os poços de ventilação não poderão, em qualquer caso, ter área menor que 1,50m² (um metro e cinquenta centímetros quadrados), nem dimensão menor que 1,00m (um metro), devendo ser revestidos internamente e visitáveis na base. Somente serão permitidos para ventilar compartimentos de curta permanência.

Art. 47. São considerados de permanência prolongada os compartimentos destinados a: dormitórios, salas, comércio e atividades profissionais.

Parágrafo único. Os demais compartimentos são considerados de curta permanência.

SEÇÃO IX – DOS ALINHAMENTOS, DOS AFASTAMENTOS E RECUOS

Art. 48. Todas as edificações dentro do perímetro urbano municipal deverão obedecer às exigências estabelecidas nesta Lei.

Art. 49. Os afastamentos mínimos previsto serão:

I - afastamento frontal: 3,00m (três metros);
II - afastamentos laterais: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) quando exigir abertura lateral para iluminação e ventilação.

Art. 50. Para as novas construções será exigido um recuo frontal correspondente a 2,50 (dois virgula cinquenta) metros, medidos a partir do alinhamento da guia do meio-fio, quando a largura do passeio público for inferior a 2,50 (dois virgula cinquenta) metros.

§1º Os recuos estabelecidos no caput deste artigo serão dispensados quando o passeio público apresentar largura igual ou superior a 2,50 (dois virgula cinquenta) metros.

§2º Quando a rua não for pavimentada, em toda a sua extensão, será considerada uma faixa carroçável com largura de 7,00 (sete) metros.

Art. 51. Para os recuos laterais e de fundo aplicam-se os seguintes parâmetros:

I – primeiro pavimento ou até 3,00 (três) metros de altura – recuo mínimo dispensado;

II – segundo pavimento ou acima de 3,00 (três) metros de altura, 1,50 (um virgula cinquenta) metros;

III – para cada pavimento elevado acima de 6,00 (seis) metros de altura acrescenta-se 0,28 (zero virgula oito) centímetros ao recuo mínimo.

Parágrafo único. O recuo lateral e de fundo estabelecido no inciso II, poderá ser dispensado, nos seguintes casos:

I - extensões das divisas laterais e de fundo nas quais as edificações vizinhas estejam coladas, na altura correspondente a esse pavimento;

II – projeto de conjuntos arquitetônicos que apresentem tipologia conjugada, permitindo-se extensões coladas de até 60,00 (sessenta) metros lineares;

III – quando for apresentada a anuência do proprietário do imóvel vizinho, correspondente à divisa que se pretenda colar;

IV - nos casos em que as edificações vizinhas, num trecho de 50 (cinquenta) metros laterais, em sua maioria, apresentem recuos iguais ou inferiores aos pleiteados para a nova construção.

SEÇÃO X - DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS

Art. 52. As instalações hidráulicas deverão ser feitas de acordo com as especificações da NBR 8160.

Art. 53. É obrigatória a ligação da rede domiciliar às redes gerais de água e esgoto quando tais redes existirem na via pública onde se situa a edificação.

Art. 54. Enquanto não houver rede de esgoto as edificações serão dotadas de fossas sépticas afastadas de, no mínimo, 5,00m (cinco metros) das divisas do lote e com capacidade proporcional ao número de pessoas na ocupação do prédio.

§1º Depois de passarem pela fossa séptica as águas serão infiltradas no terreno por meio de sumidouro convenientemente construído.

§2º As águas provenientes de pias de cozinha e de copa deverão passar por uma caixa de gordura antes de serem lançadas no sumidouro.

§3º As fossas com sumidouro deverão ficar a uma distância mínima de 15,00m (quinze metros) de raio de poços de captação de água, situados no mesmo terreno ou em terreno vizinho.

§4º É necessário instalar uma coluna de ventilação.

CAPITULO VII - DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

SEÇÃO I - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Art. 55. Os compartimentos dos edifícios para fins residenciais conformes sua utilização obedecerão às seguintes condições as dimensões mínimas:

Compartimento	Área (m2)	Dimensões	Pé Direito (m)
Sala	8,00	2,60	2,50
Quarto	4,00	2,40	2,50
Banheiro	2,40	1,00	2,40
Lavabo	1,60	1,00	2,40
Área de serviço	--	1,00	2,40
Garagem	12,50	2,50	2,40
Local de estudo	8,00	2,60	2,50

§ 1º Poderá ser admitido um quarto de serviço com área inferior àquela prevista no presente artigo e com largura mínima de 2,00m (dois metros).

§ 2º Os banheiros que contiverem apenas um vaso e um chuveiro ou um vaso e um lavatório, poderão ter área mínima de 1,50m² (um metro e cinquenta centímetros quadrados) e largura mínima de 0,90m (noventa centímetros).

§ 3º As portas terão 2,10m (dois metros e dez centímetros) de altura no mínimo, sendo suas larguras variáveis segundo especificações do "caput" do artigo.

SEÇÃO II - DOS EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS

Art. 56. Além de outras disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, os edifícios de apartamentos deverão obedecer às seguintes condições:

I- possuir local centralizado para coleta de lixo com terminal em recinto fechado;

II- possuir equipamento para extinção de incidência;

III- possuir área de recreação, coberta ou não, proporcional ao número de compartimentos de permanência prolongada, possuindo:

a) proporção mínima de 1,00m² (um metro quadrado) por compartimento de permanência prolongada, não podendo porém ser inferior a 50,00m² (cinquenta metros quadrados);

b) continuidade, não podendo seu dimensionamento ser feito por adição de áreas parciais isoladas.

c) acesso através de partes comuns afastado dos depósitos coletores de lixo e isolado das passagens de veículos.

CAPÍTULO VIII - DAS EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS

SEÇÃO I - DAS EDIFICAÇÕES PARA USO INDUSTRIAL

Art. 57. A construção, reforma ou adaptação de prédios para uso industrial somente será permitida em áreas previamente aprovadas pela Prefeitura Municipal. Caso o Município não possua estudo específico que diga respeito à localização de indústrias, deverá ser observada a localização proposta no projeto apresentado e sua compatibilidade com o uso predominante da área.

Art. 58. As edificações de uso industrial deverão atender, além das demais disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, as seguintes:

I- terem afastamentos mínimo de 3,00m (três metros) das divisas laterais;

II- terem afastamento mínimo de 5,00m (cinco metros) de divisa frontal, sendo permitido neste espaço o pátio de estacionamento;

III- serem as fontes de calor, ou dispositivos onde se concentram as mesmas, convenientemente dotadas de isolamento térmico e afastadas pelo menos 0,50m (cinco centímetros) das paredes;

IV- terem os depósitos de combustíveis locais adequadamente preparados,

V- serem as escadas e os entrespos de material incombustíveis;

VI- terem, nos locais de trabalho, iluminação natural através de abertura com área mínima de 1/7 (um sétimo) da área do piso, sendo admitidos lanternins ou “shed”;

VII- terem compartimentos sanitários em cada pavimento devidamente separados para ambos os sexos.

Parágrafo único. Não será permitida a descarga de esgotos sanitários de qualquer procedência e despejos industriais “in-natura” nas valas coletoras de águas pluviais, ou em qualquer curso d’água.

SEÇÃO II - DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS AO COMÉRCIO, SERVIÇO E ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Art. 59. Além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, as edificações destinadas ao comércio, serviço e atividades profissionais, deverão ser dotadas de:

I- reservatórios de água, de acordo com as exigências do órgão ou empresa encarregada do abastecimento de água, totalmente independente da parte residencial quando se tratar de edificações de uso misto;

II- instalações coletoras de lixo nas condições exigidas para os edifícios de apartamentos, quando tiverem mais de 2 (dois) pavimentos;

III- aberturas de ventilação e iluminação na proporção de no mínimo 1/6 (um sexto) da área do compartimento;

IV- pé-direito mínimo de 3,00m (Três metros), quando de previsão do jirau no interior da loja;

V- instalações sanitárias privativas em todos os conjuntos ou salas com área igual ou superior a 20,00m² (vinte metros quadrados).

Parágrafo único. A natureza do revestimento do piso e das paredes das edificações destinadas ao comércio dependerá da atividade a ser desenvolvida, devendo ser executados de acordo com as leis sanitárias do Estado.

SEÇÃO III - DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES E LABORATÓRIOS

Art. 60. As edificações destinadas a estabelecimentos hospitalares e de laboratórios de análise e pesquisas devem obedecer às condições estabelecidas pela Secretaria de Saúde do Estado, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis.

SEÇÃO IV - DAS ESCOLAS E DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Art. 61. As edificações destinadas a estabelecimentos escolares deverão obedecer às normas estabelecidas pela Secretaria de Educação do Estado, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis.

SEÇÃO V - DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Art. 62. Além das demais disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, os edifícios deverão obedecer ainda às seguintes condições mínimas, para cumprir o previsto no artigo 3º da presente lei:

I- rampas de acesso o prédio deverão ter declividades máxima de 8% (oito por cento), possuir piso antiderrapante e corrimão na altura de 0,75m (setenta e cinco centímetros);

II- na impossibilidade de construção de rampas, a portaria deverá ser no mesmo nível da calçada;

III- quando da existência de elevadores, estes deverão ter dimensões mínimas de 1,10m x 1,40m (um metro e dez centímetros por um metro e quarenta centímetros);

IV- os elevadores deverão atingir todos os pavimentos, inclusive garagens e subsolos;

V- todas as portas deverão ter largura mínima de 0,80m (oitenta centímetros);

VI- os corredores deverão ter largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

Art. 63. Em pelo menos um gabinete sanitário de cada banheiro masculino e feminino, deverão ser obedecidas as seguintes condições:

I- dimensões mínimas de 1,40m x 1,85m (um metro e quarenta por um metro e oitenta e cinco centímetros);

II- o eixo do vaso sanitário deverá ficar a uma distância de 0,45m (quarenta e cinco centímetros) de uma das paredes laterais;

III- as portas não poderão abrir para dentro dos gabinetes sanitários, e terão no mínimo de 0,80m (oitenta centímetros) de largura;

IV- a parede lateral mais próxima ao vaso sanitário, bem como o lado interno da porta, deverão ser dotados de alças de apoio, a uma altura de 0,80m (oitenta centímetros);

V- os demais equipamentos não poderão ficar a alturas superiores a 1,00m (um metro).

SEÇÃO VI - DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS

Art. 64. Além de outros dispositivos deste Código que lhes forem aplicáveis, os postos de abastecimento de veículo sujeitos aos seguintes itens:

I- apresentação de projetos detalhados dos equipamentos e instalações;

II- construção em materiais incombustíveis;

III- construção de muros de alvenaria de 2,00m (dois metros) de altura, separando-o das propriedades vizinhas;

IV- construção de instalações sanitárias franqueadas ao público, separadas para ambos os sexos.

Parágrafo único. As edificações para postos de abastecimento de veículos, deverão ainda observar as normas concernentes à legislação vigente sobre inflamáveis.

SEÇÃO VII - DAS VAGAS DE VEÍCULOS

Art. 65. As condições para o cálculo do número mínimo de vagas de veículos serão na proporção abaixo discriminada, por tipo de uso das edificações:

I- residência unifamiliar: 1 (uma) vaga por unidade residencial, dispensada para construção inferior a 80 metros quadrados ou área rural;

II- residência multifamiliar: 1 (uma) vaga por unidade residencial;

III- supermercado com área superior a 200,00m² (duzentos metros quadrados) – 1 (uma) vaga para cada 25,00m² (vinte e cinco metros quadrados) de área útil;

IV- restaurantes, churrascarias ou similares com área útil superior a 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) da área útil;

V- hotéis, albergues ou similares – 1 (vaga) para cada 5 (cinco) quartos;

VI- motéis – 1 (uma) vaga por quarto;

VII- hospitais, clínicas e casas de saúde – 1 (uma) vaga para cada 100,00m² (cem metros quadrados) de área útil.

Parágrafo único. Serão consideradas área útil para os cálculos referidos neste artigo as áreas utilizadas pelo público, ficando excluídos depósito, cozinha, circulação de serviços ou similares.

Art. 66. A área mínima por vaga será de 15,00m² (quinze metro quadrados), com largura mínima de 3,00m (três metros).

Art. 67. Será permitido que as vagas de veículos exigidas para as edificações ocupem as áreas liberadas pelos afastamentos laterais, frontais ou de fundos.

Art. 68. As áreas de estacionamento que porventura não estejam previstas neste Código serão, por semelhança, estabelecidas pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO IX - DAS DEMOLIÇÕES

Art. 69. A demolição de qualquer edifício só poderá ser executada mediante licença expedida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. O requerimento de licença para demolição, deverá ser assinado pelo proprietário da edificação a ser demolida.

Art. 70. A Prefeitura Municipal poderá, a juízo do órgão técnico competente, obrigar a demolição de prédios que estejam ameaçados de desabamento ou de obras em situação irregular, cujos proprietários não cumpram com as determinações deste Código.

CAPÍTULO X - DAS CONSTRUÇÕES IRREGULARES

Art. 71. Qualquer obra, em qualquer fase, sem a respectiva licença estará sujeita a multa, embargo, interdição e demolição.

Art. 72. A fiscalização no âmbito de sua competência, expedirá notificações e autos de infração endereçados ao proprietário da obra ou ao responsável técnico, para cumprimento das disposições deste Código.

Art. 73. As notificações serão expedidas apenas para o cumprimento de alguma exigência acessória contida no processo, tais como regularização do projeto, da obra ou por falta de cumprimento das disposições deste Código.

§1º Expedida a notificação, esta terá o prazo de 15 (quinze) dias para ser cumprida.

§2º Esgotado o prazo de notificação, sem que a mesma seja atendida, lavrar-se-á o auto de infração.

Art. 74. Não caberá notificação, devendo o infrator ser imediatamente autuado:

I- Quando iniciar obra sem a devida licença da Prefeitura Municipal;

II- Quando não cumprir a notificação no prazo regulamentar;

III- quando houver embargo ou interdição.

Art. 75. A obra em andamento, seja reparo, reconstrução, reforma ou construção, será embargada, sem prejuízo das multas e outras penalidades, quando:

I- estiver sendo executada sem a licença ou alvará da Prefeitura Municipal, nos casos em que o mesmo for necessário conforme previsto na presente Lei:

II- foi desrespeitado o respectivo projeto;

III- o proprietário ou responsável pela obra recusar-se a atender a qualquer notificação da Prefeitura Municipal referente às disposições deste Código;

IV- não forem observados o alinhamento e o nivelamento; V- estiver em risco sua estabilidade.

Art. 76. Para embargar uma obra deverá o fiscal ou funcionário credenciado pela Prefeitura Municipal, lavrar um auto de embargo.

Art. 77. O embargo somente será levantado após o cumprimento das exigências consignadas no auto de embargo.

Art. 78. O prédio, ou qualquer de suas dependências, poderá ser interditado provisória ou definitivamente pela Prefeitura Municipal, nos seguintes casos:

I- ameaça à segurança e estabilidade das construções próximas;

II- obras em andamento com risco para o público ou para o pessoal da obra.

Art. 79. Não atendida a interdição, não realizada a intervenção ou indeferido o respectivo recurso, terá início a competente ação judicial.

CAPÍTULO XI - DAS POSTURAS

SEÇÃO I - DA HIGIENE PÚBLICA

Art. 80. “É dever do Município e dos seus cidadãos zelar pela higiene pública, visando a melhoria do ambiente e a saúde e o bem estar da população, favoráveis ao seu desenvolvimento social e ao aumento da expectativa de vida.

Art. 81. A fiscalização sanitária abrangerá especialmente a higiene e limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas, da alimentação, incluindo todos os estabelecimentos e onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios e dos estábulos, pocilgas, currais, criadouros, galinheiros e congêneres.

Art. 82. Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, apresentará o funcionário competente um relatório circunstanciado, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiênica pública.

Parágrafo único. A prefeitura tomará as providências cabíveis ao caso, quando o mesmo for da alçada do governo municipal, ou remeterá cópia do relatório às autoridades federais ou estaduais competentes, quando as providências necessárias forem da alçada das mesmas.

SEÇÃO II - DA HIGIENE DAS VIAS PÚBLICAS

Art. 83. O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado diretamente pela Prefeitura ou por concessão.

Art. 84. Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjetas fronteiriças a sua residência.

§1º A lavagem ou varredura do passeio e sarjeta deverá ser efetuada em hora conveniente e de pouco trânsito.

§ 2º É absolutamente proibido, em qualquer caso, varrer o lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza para os ralos dos logradouros públicos.

Art. 85. É proibido fazer varredura do interior dos prédios, terrenos e veículos para a via pública, bem como despejar ou atirar papéis, anúncios, reclames ou quaisquer detritos sobre o leito de logradouros públicos.

Art. 86. A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pluviais pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões.

Art. 87. Para preservar, de maneira geral, a higiene pública, fica terminantemente proibido:

I - Lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques situados nas vias públicas;

II - Consentir o escoamento de águas servidas das residências para a rua;

III - Conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer matérias que possam comprometer o asseio das vias públicas;

IV - Queimar, mesmo que nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;

V - Aterrorar vias públicas com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos;

VI - Conduzir para a cidade, vilas ou povoações do Município, doentes portadores de moléstias infectocontagiosas, salvo as necessárias precauções de higiene e para fins de tratamento.

Art. 88. É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 89. É expressamente proibida a instalação dentro do perímetro urbano e povoações, de indústrias que, pela natureza dos produtos, pelas matérias-primas utilizadas, pelos combustíveis empregados, ou por qualquer outro motivo, possa prejudicar a saúde pública.

Art. 90. Não é permitido, se não à distância de 400 (quatrocentos) metros de ruas e logradouros públicos, a instalação de estruturas, ou depósitos em grande quantidade, de estrume animal não beneficiado.

Art. 91. É terminantemente proibida a pichação de muros, prédios e fachadas públicas.

Art. 92. Para os efeitos deste Código, lixo é o conjunto heterogêneo de resíduos sólidos provenientes das atividades humanas e, segundo a natureza dos serviços de limpeza urbana, é classificado em:

I – lixo domiciliar

II – lixo público;

III – resíduos sólidos especiais.

§1º Para fins de coleta regular, considera-se lixo domiciliar os produzidos pela ocupação de imóveis públicos ou particulares, residenciais ou não, acondicionados na forma estabelecida por este Código.

§2º Considera-se lixo público os resíduos sólidos resultantes das atividades de limpeza urbana, executados em calçadas, vias e logradouros públicos e do recolhimento dos resíduos depositados em cestos públicos.

§3º Consideram-se resíduos sólidos especiais aqueles cuja produção diária exceda o volume ou os que, por sua composição qualitativa e/ou quantitativa, requeiram cuidados especiais em pelo menos uma das seguintes fases: acondicionamento, coleta, transporte e disposição finais, tais como:

I – resíduos sólidos declaradamente contaminados, considerados contagiosos ou suspeitos de contaminação, provenientes de estabelecimentos hospitalares, laboratórios, farmácias, drogarias, clínicas, maternidades, ambulatórios, casas de saúde, necrotérios, sanatórios, consultórios e congêneres;

II – materiais biológicos, assim considerados: restos de tecidos orgânicos, restos de órgãos humanos ou animais, resíduos produzidos por laboratórios de análises clínicas e de anatomia patológica; animais de experimentação e outros materiais similares;

III – cadáveres de animais;

IV – restos de matadouros de aves e pequenos animais, restos de entrepostos de alimentos, restos de alimentos sujeitos à rápida deterioração provenientes de feiras públicas, mercados, supermercados, açougues e estabelecimentos congêneres, alimentos deteriorados ou condenados, ossos, sebos, vísceras e resíduos sólidos, tóxicos em geral;

V – substâncias e produtos venenosos ou envenenados, materiais radioativos, baterias, pilhas, restos de material farmacológico e drogas condenadas;

VI – produtos da limpeza de terrenos não edificadas, resto de podas de arborização.

Art. 93. Nenhum prédio poderá ser habitado sem que esteja ligado a um sistema de abastecimento de água e sistema de tratamento de esgoto adequado e licenciados e seja provido das devidas instalações sanitárias.

Art. 94. Não é permitido conservar água estagnada, não tratada, nos quintais ou pátios de imóveis situados na Zona Urbana.

Parágrafo único. As providências para escoamento das águas estagnadas em terrenos particulares competem aos respectivos proprietários.

Art. 95. Não será permitida a abertura, construção e a conservação de cisternas e reservatórios inferiores, dentro do município de Boa Saúde, que não atendam a legislação sanitária.

Art. 96. Os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio seus quintais, pátios, prédios e terrenos.

Parágrafo único. Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato dentro da Zona Urbana e servindo de depósito de lixo.

SEÇÃO III - DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO

Art. 97. A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado, severa fiscalização sobre a produção, o comércio, e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo único. Para os efeitos deste código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias sólidas ou líquidas, determinadas a serem ingeridas pelo homem, excetuados os medicamentos.

Art. 98. Não será permitida a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para o local destinado à inutilização dos mesmos.

§ 1º A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimentos comercial do pagamento das multas e demais

penalidades que possa sofrer em virtude da infração.

§ 2º A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação de licença para o funcionamento do estabelecimento.

Art. 99. Nas quitandas e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

- I - o estabelecimento terá, para depósito de verduras que devam ser consumidas sem cocção, recipientes ou dispositivos de superfície impermeável e à prova de moscas, poeiras e quaisquer contaminações;
- II - as frutas expostas a venda serão colocadas sobre mesa ou estantes, rigorosamente limpas e afastadas um metro, no mínimo, das ombreiras das portas externas;
- III - as gaiolas para aves serão de fundo móvel, para facilitar sua limpeza, que será feita diariamente.

Parágrafo único. É proibido utilizar-se para outro qualquer fim os depósitos de hortaliças, legumes ou frutas.

Art. 100. É proibido ter em depósito ou exposto a venda:

- I - aves doentes;
- II - legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

Art. 101. As fábricas de doces e de massas, as refinarias, padarias, confeitarias, e estabelecimentos congêneres deverão ter:

- I - piso e paredes das salas de elaboração do produto, revestidos com revestimento cerâmico ou similar até a altura de dois metros;
- II - as salas de preparo dos produtos com as janelas e aberturas teladas, à prova de moscas e insetos.

Art. 102. Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, das prescrições deste código que lhes são aplicáveis, deverão observar ainda as seguintes:

- I - terem carrinhos de acordo com os padrões de higiene pública, determinado nesta Lei;
- II - valerem-se para os gêneros que ofereçam não estejam deteriorados, contaminados e apresentem-se em perfeitas condições de higiene, sob pena de multa e de apreensão das referidas mercadorias, que serão inutilizadas;
- III - terem os produtos expostos à venda conservados em recipiente apropriados, para isolá-los de impurezas e de insetos;
- IV - usarem vestuário limpos;
- V - manterem-se rigorosamente asseados.

§ 1º Ao vendedor ambulante de gênero alimentício de ingestão imediata, é proibido tocá-los com as mãos desprotegidas, sendo necessário a utilização de luvas, sob pena de multa, sendo a proibição extensiva à freguesia.

§ 2º Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais em que seja fácil contaminação dos produtos expostos à venda.

Art. 103. A venda ambulante de sorvetes, refrescos, doces, guloseimas, pães e outros gêneros alimentícios, de ingestão imediata, só será permitida em carros apropriados, caixas ou outros recipientes fechados, devidamente vistoriados pela prefeitura, de modo que a mercadoria seja inteiramente resguardada de poeira e ação do tempo ou de elementos maléficis de qualquer espécie, sob pena de multa e de apreensão das mercadorias.

§1º É obrigatório que o vendedor ambulante justaponha, rigorosamente e sempre, as partes dos recipientes destinados à venda de gêneros alimentícios de ingestão imediata, de modo a preservá-los de qualquer contaminação.

§ 2º O acondicionamento de balas, confeitos e biscoitos providos de envoltórios, poderá ser feito em vasilhas abertas.

Art. 104. Os hotéis, restaurantes, bares, cafés, botequins e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte:

- I - a lavagem de louça e talheres deverá fazer-se em água corrente, não sendo permitida sob qualquer hipótese a lavagem de baldes, tonéis ou vasilhames;
- II - a higienização da louça e talheres será de maneira individual;
- III - os guardanapos e toalhas serão de uso individual;

IV - a louça e os talheres deverão ser guardados em armários, com portas e ventilados, não podendo ficar expostos a poeiras e moscas.

Art. 105. Nos salões de barbeiros e cabeleireiros, é obrigado o uso de toalhas e golias individuais.

Art. 106. As cocheiras e estábulos existentes na cidade, vilas ou povoações do município deverão, além da observância de outras disposições deste código, que lhes forem aplicadas, obedecer o seguinte :

I - possuir muros divisórios com três metros de altura, separando-os dos terrenos limítrofes;

II - conservar a distância mínima de dois metros e meio entre a construção e divisa do lote;

III - possuir sarjetas de revestimento impermeável para águas residuais, e sarjetas de contorno para as águas das chuvas;

IV - possuir depósito para estrume, a prova de insetos, com capacidade para receber a produção de vinte e quatro horas, qual deve ser diariamente removida para a zona rural;

V - possuir depósito de forragens, isolado da parte destinada os animais, e devidamente vedado aos restos;

VI - manter completa separação entre os possíveis compartimentos para empregados, e a parte destinada aos animais;

VII - obedecer a um recuo de pelo menos vinte metros de alinhamento do logradouro.

SEÇÃO IV - DA POLÍTICA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

Art. 107. A Prefeitura exercerá, com auxílio da Força Pública, se necessário, as funções de polícia administrativa de sua competência, regulamentando-as e estabelecendo medidas preventivas e repressivas no sentido de garantir a ordem, a moralidade e a segurança pública.

SUBSEÇÃO I - DA MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICOS

Art. 108. Não serão permitidos banhos nos rios, córregos, lagoas e fontes dentro do perímetro urbano.

Parágrafo único. Poderá ser designado local próprio para banho ou esportes aquáticos.

Art. 109. Os proprietários de bares, tavernas, restaurantes e demais estabelecimentos comerciais similares serão responsáveis pela boa ordem dos mesmos.

Parágrafo único. As desordens, algazarra ou barulho porventura verificado nos referidos estabelecimentos, sujeitarão os proprietários à multa, podendo, nas reincidências, ser cassada a licença para seu funcionamento.

Art. 110. É expressamente proibido perturbar o sossego público com ruído ou sons excessivos, evitáveis, tais como:

I - os de motores de explosão desprovidos de silenciosos, ou com estes em mau estado de funcionamento;

II - os de buzinas, clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos;

III - a propaganda realizada com alto-falantes, bumbos, tambores, cornetas, etc., sem prévia autorização da prefeitura;

IV - os produzidos por arma de fogo;

V - os de morteiros, bombas e demais jogos ruidosos;

VI - os de apitos ou silvos de sereia de fábrica ou outros estabelecimentos, por mais de 30 segundos ou depois das 22:00 horas;

VII - os batuques e outros divertimentos congêneres, sem licença das autoridades.

Parágrafo único. Excetuam-se das proibições deste artigo:

I - os tímpanos, sinetas ou sirenes dos veículos de assistência, de corpo de bombeiro e polícia, quando em serviço;

II - os apitos das rondas e guardas policiais.

Art. 111. É proibido executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruído antes das 07h00min e depois das 20h00min, nas proximidades de hospitais, escolas, asilos, e residências.

SUBSEÇÃO II - DOS EVENTOS E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Art. 112. Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições:

I – as portas e os corredores para o exterior serão amplos e conservar-se-ão sempre livre de grades, móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público, em caso de emergência;

II – haverá instalações sanitárias independentes e acessíveis para masculino e feminino;

III – todas as portas da saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível a distância e luminosa de forma suave, quando se houver pouca iluminação;

IV – possuirão obrigatoriamente equipamentos de combate a incêndios colocados em locais visíveis de fácil acesso de acordo com as exigências do corpo de bombeiros Militar.

Parágrafo único. Legislação específica poderá definir outros requisitos de segurança e acessibilidade, especialmente expedida pelo Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 113. Não serão fornecidas licenças para a realização de jogos ou diversões ruidosas em locais compreendidos em área formada por um raio de 100 metros de hospitais, casas de saúde e maternidade.

Art. 114. A armação de circos de pano ou parque de diversões, só poderá ser admitida em locais certos, a juízo da prefeitura.

§ 1º A autorização de funcionamento dos estabelecimentos que trata este artigo não poderá ser superior a um ano.

§ 2º Ao conceder a autorização, a Prefeitura poderá estabelecer as restrições que julgar convenientes, no sentido de assegurar a ordem e a moralidade dos divertimentos e o sossego da vizinhança.

§ 3º A seu juízo, a Prefeitura poderá não renovar a autorização de um circo ou parque de diversões, ou obrigá-los a novas restrições ao conceder-lhes a renovação pedida.

§ 4º Os circos e parques de diversões, embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações, pelas autoridades da prefeitura.

Art. 115. Para permitir armações de circos ou barracas em logradouros públicos, poderá a Prefeitura exigir, se julgar conveniente, um depósito até o máximo de 5 (cinco) valores de referência vigentes no Código Tributário do Município, como garantia de despesa com a eventual limpeza e recomposição do logradouro.

Art. 116. Na localização de estabelecimentos de diversões noturnas, a Prefeitura terá sempre em vista o sossego da população.

Art. 117. Os espetáculos, bailes ou festas de caráter público dependem, para realizarem-se, de prévia licença da Prefeitura.

Parágrafo único. Excetuam-se das disposições deste artigo as reuniões de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas, levadas a efeito por clubes ou entidades de classe, em sua rede, ou as realizadas em residências particulares.

SEÇÃO V - DO TRÂNSITO PÚBLICO

Art. 118. O trânsito, de acordo com as leis vigentes, é livre, e sua regulamentação tem por objetivo manter a segurança e o bem estar dos transeuntes e da população em geral.

Art. 119. É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

Parágrafo único. Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização vermelha de dia e luminosa à noite.

Art. 120. Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de qualquer material, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

§ 1º tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito por tempo não superior a 3 (três) horas.

§ 2º nos casos previstos no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos, a distância conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

Art. 121. É expressamente proibido nas ruas da cidade, vilas e povoados:

- I - conduzir animais e veículos em disparada;
- II - conduzir animais bravios sem a necessária precaução;
- III - conduzir carros de bois sem guieiros;
- IV - atirar, na via pública ou logradouro, corpos ou detritos que possam incomodar os transeuntes.

Art. 122. É expressamente proibido danificar ou retirar sinais colocados nas vias, estradas ou caminhos, para advertência de perigo ou impedimento de trânsito.

Art. 123. Assiste à Prefeitura o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos a via pública.

Art. 124. É proibido embaraçar o trânsito ou molestar os pedestres por tais meios como:

- I - conduzir, pelos passeios, volumes de grande porte;
- II - conduzir, pelos passeios, veículos de qualquer espécie;
- III - patinar, a não ser nos logradouros para isso destinados;
- IV - amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas;
- V - conduzir ou conservar animais sobre os passeios ou jardins.

Parágrafo único. Excetuam-se ao disposto no item II, deste artigo, carrinhos de crianças ou paralíticos e em ruas de pequeno movimento, triciclo e bicicletas de uso infantil.

SEÇÃO VI - DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

Art. 125. É proibida a permanência de animais em vias públicas.

Art. 126. Os animais encontrados nas praças, ruas, estradas ou caminhos públicos, serão recolhidos ao depósito do município, ou local designado pela Secretaria Municipal competente.

Art. 127. O animal recolhido em virtude do disposto neste capítulo deverá ser retirado dentro do prazo máximo de 7 (sete) dias, mediante pagamento da multa e da taxa de manutenção respectiva.

Parágrafo único. Não sendo retirado o animal nesse prazo, deverá a Prefeitura efetuar a sua venda em hasta pública, precedida da necessária publicação.

Art. 128. É proibida a criação ou engorda de qualquer animal no perímetro urbano.

Parágrafo único. Aos proprietários de cevas atualmente existentes na sede municipal, fica marcado o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação deste Código, para remoção dos animais.

Art. 129. É igualmente proibida a criação de qualquer outra espécie de gado.

Parágrafo único. Observadas as exigências sanitárias a que se refere o artigo 106 deste Código, é permitida a manutenção de estábulos e cocheiras, mediante licença de fiscalização da Prefeitura.

Art. 130. Os cães que forem encontrados nas vias públicas da cidade e vilas serão apreendidos e recolhidos ao depósito da prefeitura, ou local designado pela Secretaria Municipal competente.

§ 1º Tratando-se de cães não registrados, serão os mesmos destinados as organizações não governamentais, instituições e grupos de pessoas que dedicam esforços para amparar animais de rua, abandonados ou em situação de maus-tratos, se não forem retirados por seus donos, dentro de dez dias, mediante pagamento das multas e das respectivas taxas.

§ 2º Os proprietários dos cães registrados serão notificados, devendo retirá-los em idêntico prazo e condições.

Art. 131. É expressamente proibido, a qualquer pessoa, maltratar os animais ou praticar crueldade contra os mesmos, tais como:

I - transportar, nos veículos de tração animal, carga ou passageiros de peso superior a suas forças;

II - carregar animais com peso superior a 150 quilos;

III - montar animais que já tenham a sua carga permitida;

IV - fazer trabalhar animais doentes, feridos, extenuados;

V - obrigar qualquer animal a trabalhar mais de oito horas contínuas sem descanso, e mais de seis horas, sem água e alimento apropriado;

VI - martirizar animais para deles alcançar esforços excessivos;

VII - castigar de qualquer modo o animal caído, com ou sem veículo, fazendo-o levantar a custa de castigo e sofrimento;

VIII - conduzir animais de cabeça para baixo, suspensos pelos pés ou asas, ou em qualquer posição anormal que lhes possa ocasionar sofrimento;

IX - transportar animais amarrados na traseira de veículos ou atados a um outro pela cauda;

X - abandonar, em qualquer ponto, animais doentes, extenuados, enfraquecidos ou feridos;

XI - amontoar animais em depósitos insuficientes ou sem água, ar, luz e alimento;

XII - usar instrumento diferente do chicote leve, para estímulo e correção dos animais; XIII - empregar arreios que possam constranger, ferir ou magoar o animal;

XIV - usar arreios sobre partes feridas, contusões ou chagas do animal;

XV - praticar todo e qualquer ato, mesmo que não especificado neste Código, que acarretar violência e sofrimento para o animal.

SEÇÃO VII - DO COMERCIO AMBULANTE

Art. 132. O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial, que será concedida de conformidade com as prescrições da legislação fiscal do Município e do que preceitua este Código.

Art. 133. Da licença concedida deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

I - número de inscrição;

II - residência do comerciante ou responsável;

III - nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante.

§ 1º O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade, ficará sujeito a apreensão da mercadoria encontrada em seu poder;

§ 2º As bancas ou barracas deverão ser setorizadas por espaços, obedecidas às ordens do ramo da atividade, padronização e alinhamento;

§ 3º O ocupante da banca ou barraca é também o responsável pela limpeza e organização do local das vendas, devendo deixar ao final do exercício da sua atividade limpo o seu ambiente, o que, para tal fim, existirá próximo coletora de lixo;

§ 4º Em caso do não recolhimento da banca ou barraca, ou sujeira de qualquer ordem no local de venda por parte do titular da licença o poder público assim o fará, todavia, o responsável sofrerá a punibilidade que o poder público aplicar, podendo inclusive ter cassado o direito de exploração do seu comércio.

§ 5º Serão favorecidos aos locais de comércio: em primeiro lugar, os comerciantes locais; em segundo lugar, os que semanalmente se ocupam das duas atividades e por fim, os que só aparecem em épocas de festas e/ou eventos de quaisquer ordens.

§ 6º Nos locais de melhor acesso e ou concentração de pessoas, o titular da licença não poderá ocupar outro espaço, de modo a se dar oportunidade a todos;

§ 7º A licença para o exercício do comércio é intrasferível do seu titular para terceiros, devendo em caso de abandono ou desistência ser comunicado o setor de organização que tomará as medidas necessárias.

Art. 134. É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa:

I - estacionar nas vias públicas e outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;

II - impedir ou dificultar o trânsito nas vias ou outros logradouros;

III - transitar pelos passeios conduzindo cestos ou outros volumes grandes.

SEÇÃO VIII - DAS CONSTRUÇÕES EM GERAL

Art. 135. O acréscimo patrimonial decorrente de obras, reformas, modificações ou consertos nos prédios que, na data da publicação deste Código, estejam localizados fora do alinhamento do logradouro e que, em virtude da não execução do Plano Diretor, os mesmos serão reavaliados pela Prefeitura para à adequação a referida Lei.

Parágrafo único. A proibição de que trata este artigo não se estende à pintura dos prédios e nem a pequenos consertos nas instalações de água, esgotos e eletricidade ou manutenção.

SEÇÃO IX - DAS VIAS PÚBLICAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 136. Poderá ser autorizada pela Prefeitura a abertura de rua, avenida, travessa ou a instalação de praça, em gleba urbana não loteada, sem que se caracterize loteamento, desde que seja definida como interesse público e observada a legislação em vigor.

Art. 137. Não é permitido realizar escavação, obras e serviços nas vias públicas sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

Parágrafo único. Os danos a vias, logradouro e patrimônio públicos decorrentes de obras e serviços executados pelas concessionárias de serviços públicos deverão ser reparados, observados rigorosamente os prazos e condições estipulados na licença, sob as penas da lei.

Art. 138. As pessoas jurídicas, físicas ou aqueles que, devidamente autorizados, fizerem escavações nas vias públicas, ficam obrigados a sinalizar as cercanias do local da intervenção, devendo colocar tabuletas convenientemente dispostas, com aviso de “via

interrompida” ou “atenção: perigo”, e colocarem nesses locais sinais luminosos vermelhos, durante a noite, conforme dispuser a licença, além de comunicar o fato ao Órgão Municipal Fiscalizador.

Art. 139. A abertura de calçamento ou as escavações nas vias públicas deverão ser feitas com as precauções devidas, de modo a evitar danos as instalações subterrâneas ou superficiais de eletricidade, telefone, água e esgoto, ocorrendo por conta dos responsáveis as despesas com a reparação de quaisquer danos consequentes da execução dos serviços além da reposição da pavimentação no estado previamente encontrado, observadas as disposições deste Código e da legislação em vigor.

Art. 140. É permitida a ocupação não permanente de faixas de rolamento em vias públicas e canteiros com mesas, cadeiras e outros mobiliários não fixos, desde que autorizados pela Secretaria Infraestrutura e Serviços Urbanos e pelo órgão municipal de licenciamento ambiental em relação ao impacto de vizinhança.

§1º A autorização que trata o caput deste artigo é de caráter precário, podendo ser cassada a qualquer momento desde que identificado prejuízos a segurança do trânsito e pedestres, bem como ao impacto causado à vizinhança, responsabilizando-se o autorizado por todos os danos advindos ou decorrentes da ocupação.

§2º A ocupação de que trata o caput poderá ser onerosa, não gera direito adquirido ou indenização, não implica em direito de posse de bem público, não poderá ser superior a 12 (doze) horas por dia e gera o dever de manter limpo e asseado o espaço ocupado.

§3º Excepcionalmente, em período de festejos populares ou durante a realização de eventos públicos, a ocupação poderá ser superior a 12 (doze) horas por dia, desde que não cause prejuízo ao tráfego de pessoas e veículos, conforme laudo da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e do órgão municipal de licenciamento ambiental.

CAPÍTULO XII - DAS MULTAS

Art. 141. A aplicação das penalidades previstas no Capítulo X da presente Lei não eximem o infrator da obrigação do pagamento de multa por infração, nem da regularização da edificação.

Art. 142. As multas serão calculadas em conformidade com o tamanho da edificação e obedecerá ao seguinte esclarecimento:

I - iniciar ou executar obras sem licença da Prefeitura Municipal;

a) edificações com área até 60,00m² (sessenta metros quadrados), multa de R\$ 450,00 (quatrocentos reais)

b) edificações com área entre 61,00m² (sessenta e um metros quadrados) e 75,00m² (setenta e cinco metros quadrados), multa de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais).

c) edificações com área entre 76,00m² (setenta e seis metros quadrados) e 100,00m² (cem metros quadrados) multa de R\$ 1.600,00 (Um mil e Seiscentos reais).

d) edificações com área acima de 100,00m² (cem metros quadrados) multa de R\$ 2.000,00 (Dois Mil reais).

I- executar obras em desacordo com o projeto aprovado multa de R\$ 450,00 (quatrocentos reais);

II- construir em desacordo com o termo de alinhamento multa de R\$ 450,00 (quatrocentos reais);

III - omitir, no projeto, a existência de cursos d'água ou topografia acidentada que exijam obras de contenção de terreno multa de R\$ 450,00 (quatrocentos reais);

IV - demolir prédios sem a licença da Prefeitura Municipal multa de R\$ 450,00 (quatrocentos reais);

V - não manter no local da obra, projeto ou alvará execução da obra. multa de R\$ 450,00 (quatrocentos reais);

VI - deixar materiais sobre o leito do logradouro público além do tempo necessário para descarga e remoção multa de R\$ 450,00 (quatrocentos reais);

VII - deixar de colocar tapumes e andaimes em obras que atinjam o alinhamento multa de R\$ 450,00 (quatrocentos reais).

Art. 143. O contribuinte terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da intimação ou autuação, para legalizar a obra ou sua modificação sob pena de ser considerado reincidente.

Art. 144. Na infração de qualquer disposição do Capítulo XI será imposta a multa correspondente ao valor de 50% (cinquenta por cento) do valor mínimo de referência vigente no Código Tributário Municipal - CTM, Lei Complementar nº 269/2014, art. 76, inciso VIII.

Art. 145. Na reincidência, as multas serão aplicadas em dobro

CAPÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 146. A edificação existente que vier a sofrer modificações em mais de 60% (sessenta por cento) de sua estrutura, em virtude de reforma ou reconstrução, deverá respeitar as normas deste código.

Art. 147. A critério do município, no interesse da preservação do patrimônio, poderão ser isentadas das exigências deste Código as reformas, restaurações e ampliações em edificações existentes e identificadas como de interesse histórico, artístico ou cultural.

Art. 148. A numeração de qualquer prédio ou unidade residencial será estabelecida pela Prefeitura Municipal.

Art. 149. É obrigação do proprietário a colocação da placa de numeração que deverá ser fixada em lugar visível.

Art. 150. Esta Lei Complementar entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data da sua publicação, revogando-se toda e qualquer dispositivo que disponha sobre a presente matéria anteriormente publicada.

JOSÉ WELLINGTON ALVES ROCHA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Juliana Mara Cordeiro de Oliveira

Código Identificador:9963C008

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 23/09/2022. Edição 2872

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>